



**Demonstrações Financeiras Consolidadas em
31 de Dezembro de 2010
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Cenário Macroeconômico

O 2º semestre de 2010 evidenciou a divergência entre o desempenho das economias avançadas e dos países emergentes. De um lado, embora as economias desenvolvidas tenham apresentado uma recuperação da atividade econômica, afastando o risco de uma nova recessão no curto prazo, o crescimento não foi suficiente para reduzir a elevada taxa de desemprego naqueles países. Na zona do euro, aumentaram as incertezas em relação à capacidade financeira dos países centrais europeus de socorrer os periféricos. A crise fiscal iniciada na Grécia se espalhou para outros países, tornando-se necessário um pacote de ajuda também para a Irlanda. Por outro lado, a atividade muito aquecida no mundo emergente trouxe para este grupo de países o desafio de conter a deterioração do quadro inflacionário e, ao mesmo tempo, impedir a excessiva apreciação de suas moedas.

O cenário doméstico foi marcado pelo comportamento muito distinto entre os dados de oferta e de demanda agregadas, um movimento que teve início ainda no 2T10, mas que se intensificou ao longo do 2º semestre do ano passado. Enquanto o consumo interno e as importações continuaram a apresentar elevadas taxas de crescimento, a produção industrial ficou praticamente estagnada no período. O forte desempenho da demanda doméstica pode ser explicado pelas condições muito favoráveis tanto do mercado de trabalho quanto do mercado de crédito. A taxa de desemprego bateu sucessivos recordes de baixa ao longo de 2010 e fechou o ano em 6,5%, já descontado o efeito sazonal. O bom momento do mercado de trabalho também tem se refletido nos rendimentos reais dos trabalhadores, que apresentaram crescimento médio de 3,8% no ano passado, bastante acima do padrão histórico. Já o mercado de crédito para pessoa física exibiu as menores taxas de juros da série histórica, aumento dos prazos para pagamento e elevação das concessões, o que foi possível graças à significativa redução na taxa de inadimplência deste segmento.

Em contrapartida, o fraco desempenho da indústria pode ser explicado por dois fatores: ciclo de estoques e maior participação dos bens importados. Ao longo do 1T10, a produção industrial cresceu além do que a demanda doméstica era capaz de absorver, aumentando o nível dos estoques. O ciclo de estoques pôde ser observado principalmente nos dados do 3T10, em que o PIB sofreu uma contribuição negativa da queda nos estoques na ordem de 2,1% em termos anualizados.

Porém, parte relevante do descompasso deve ser atribuída ao aumento das importações líquidas, com uma parcela crescente da demanda doméstica sendo atendida pelos bens importados. Enquanto o volume de vendas no varejo ampliado acumulou crescimento de 11,7% nos primeiros 11 meses de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, o quantum de importação de bens de consumo apresentou expansão de 41,7% na mesma base de comparação. No setor automobilístico, por exemplo, a participação dos veículos importados no total das vendas no mercado doméstico aumentou em 3 p.p. em 2010 em relação ao ano anterior, atingindo 22% em dez/10. A explicação para o forte crescimento das importações foi o aumento do poder de compra do consumidor brasileiro no mercado internacional, em decorrência da valorização do câmbio e do diferencial de crescimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Em relação à inflação, houve uma piora significativa nos últimos 4 meses do ano, quando o IPCA acumulou a maior elevação para este período dos últimos 7 anos. Isso contribuiu para que o índice atingisse uma alta de 5,91% em 2010, a maior taxa desde 2004. Embora a expressiva elevação no preço internacional das commodities agrícolas tenha impactado o mercado doméstico, a pressão inflacionária observada nos últimos meses não é resultado apenas da elevação dos preços dos alimentos. A demanda interna aquecida e o reduzido nível de ociosidade da economia exerceram significativa pressão sobre os preços, conforme pode ser notado pelo desempenho das principais medidas de núcleo inflacionário do IPCA. Isso sugere que a inflação deve ser um pouco mais persistente, resultando em uma leitura elevada também em 2011.

Nosso Negócio

As atividades do Banco BBM, instituição líder do grupo financeiro, são concentradas em Crédito para Empresas, Tesouraria, Private Banking, Distribuição de Fundos e Gestão de Recursos de Terceiros. O Banco possui sólidos relacionamentos com seus clientes, uma eficiente plataforma de negócios, controle de risco e uma forte experiência em pesquisa para o desenvolvimento de suas atividades.

Contamos com uma estrutura de governança sólida e transparente, baseada em incentivos corretos de forma que os executivos estejam fortemente comprometidos com as atividades impactadas por suas decisões, tanto no curto quanto no longo prazo, minimizando os conflitos de interesse entre as unidades de negócio e entre os executivos e o acionista controlador.

Temos por foco prover serviços financeiros a empresas e pessoas físicas, oferecendo aos nossos clientes um amplo portfólio de produtos, serviços e soluções financeiras individualizadas, apoiados por uma tesouraria altamente qualificada.

Crédito para Empresas

A carteira de crédito encerrou o exercício totalizando R\$ 597 milhões (incluindo as operações de adiantamento de contrato de câmbio, leasing e garantias concedidas através de avais, fianças e cartas de crédito).

As operações de crédito são avaliadas em comitês semanais que tem como objetivo originar e manter uma carteira com operações sólidas e com boa relação risco retorno. Para tanto, contamos com análises qualitativas, quantitativas e com a experiência de nossos executivos.

Tesouraria

Nossas atividades de tesouraria visam a preservação do capital como princípio fundamental e por isso priorizam a gestão prudente do risco sobre a geração de altos retornos. É também função da área servir como plataforma, fornecendo apoio técnico e inteligência de mercado às demais áreas do Banco.

As decisões de alocação de recursos são tomadas em comitês e com forte ênfase nas áreas de Pesquisa e Controle de Risco. O Banco possui alto grau de capacitação tecnológica em pesquisa e sofisticados sistemas de controle de risco, utilizados com sucesso desde 1995.

Gestão de Recursos de Terceiros

A atividade de Gestão de Recursos de Terceiros tem como principais focos a gestão ativa de produtos de investimento (Fundos multimercados, de Renda Fixa e de Renda Variável) para distribuidores (32%), empresas e fundos de pensão (23%) e a prestação de serviços diferenciados em gestão de patrimônio para clientes pessoas físicas (45%).

O volume de recursos sob gestão em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 7,2 bilhões. Os ativos sob gestão estão distribuídos entre fundos Multimercados (66,80%), de renda fixa (14,49%) e de renda variável (18,71%).

Capital Humano

Nossa política é baseada no investimento sistemático em recrutamento, treinamento e motivação da equipe. O Banco tem como filosofia contratar profissionais extremamente qualificados, oferecendo um ambiente de trabalho desafiador e meritocrático através de avaliação de performance, que é um importante instrumento para o alcance de nossas metas. Toda a nossa equipe tem participação nos resultados, calculada a partir de avaliações realizadas pela administração, visando o alinhamento de interesses de longo prazo e a criação de valor para o negócio. A possibilidade de crescimento dentro da organização é um dos principais fatores de motivação de nosso pessoal

Classificações de Crédito (*Ratings*)

Na visão do Banco, as classificações das agências internacionais de rating são uma fonte importante de avaliação transparente e independente da qualidade do nosso crédito. A classificação atual concedida pela Moody's Investor Services é "Ba1" para moeda local e "Aa2.br" na escala nacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA PROPÓSITO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Grupo Financeiro Banco BBM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Financeiro Banco BBM S.A. ("Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo aquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a opção I da Carta-Circular nº 3.435 do Banco Central do Brasil – BACEN, utilizando as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, sendo consideradas para propósito especial porque não atendem a todos os requisitos constantes do IFRS 1.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Administração do Grupo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Grupo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Financeiro Banco BBM S.A. em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas.

Ênfase sobre a Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas para Propósito Especial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Carta-Circular nº 3.435 do Banco Central do Brasil – BACEN. Consequentemente, essas demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim.

Outros Assuntos

O Grupo Financeiro Banco BBM S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 22 de fevereiro de 2011.

Salvador, 17 de junho de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6- F-BA

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC - 1SP172167/O-6-S-BA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC – 1RJ 106.036/O-5-BA

Balancos patrimoniais consolidados
Em 31 de dezembro de 2010 e balanço de abertura em 1º janeiro de 2010
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		31/12/2010	01/01/2010
Disponibilidades	4	79.605	268.752
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	565	16.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.680	32.806
Aplicações no Mercado Aberto	4	982.454	1.387.457
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	94.962	6.839.963
Dados em Garantia		907	358.227
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		94.054	6.481.735
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	843.549	86.312
Dados em Garantia		277.860	5.496
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		565.689	80.816
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	27.947	58.405
Operações de Crédito, Líquida	7	468.152	1.098.719
Operações de Crédito		581.760	1.231.762
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(113.608)	(133.043)
Outros Ativos Financeiros	8	2.360.796	726.105
Imobilizado, Líquido	9	9.885	11.715
Ativos Tangíveis	9	7.148	17.532
Ativos Intangíveis, Líquido	9	1.513	8.598
Ativos Fiscais	22	146.393	163.765
Imposto de Renda e Contribuição Social - Compensar		20.807	32.655
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		97.206	103.412
Outros		28.380	27.698
Ativo Não Corrente Mantido para Venda		5.233	1.486
Outros Ativos		40.615	50.366
Total do ativo		5.073.498	10.768.508

Passivo	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		31/12/2010	01/01/2010
Depósitos	10	427.876	1.070.133
Captações no Mercado Aberto	11	1.019.605	7.420.568
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	539.828	623.021
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	9.008	70.275
Outros Passivos Financeiros	8	2.374.137	742.901
Obrigações Fiscais	22	22.226	56.783
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		10.043	28.225
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		7.918	23.803
Outras		4.264	4.755
Provisões	23	73.252	58.280
Outros Passivos		72.858	46.758
Total do Passivo		4.538.790	10.088.719

Patrimônio líquido			
Capital		413.131	413.131
Ações em Tesouraria		(139.052)	(8.140)
Reservas Integralizadas		264.384	274.327
Resultado Abrangente Acumulado		(3.756)	471
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		534.708	679.789

Total do patrimônio líquido **534.708** **679.789**

Total do passivo e patrimônio líquido **5.073.498** **10.768.508**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

		Em R\$ mil	
	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2010	
Receitas financeiras			596.558
Operações de Crédito			72.433
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			415.995
Resultado de Operações de Câmbio	15		12.674
Receita de Serviços	16		93.120
Outras Receitas			2.336
Despesas financeiras			(366.098)
Resultado de operações com Derivativos	19		(25.212)
Captações de Mercado	15		(315.695)
Empréstimos e Repasses	15		(25.191)
Recuperações/ (Perdas) com Créditos			(5.494)
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7		(8.904)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo			3.410
Margem Operacional			224.966
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais			(195.891)
Despesas Gerais e Administrativas	17		(51.685)
Despesas Tributárias			(15.396)
Despesas de Pessoal	17		(96.130)
Outras Despesas			(32.680)
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social			29.075
Imposto de Renda e Contribuição Social	22		(1.173)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes			(9.891)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			8.718
Lucro Líquido			27.902

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração consolidada do resultado abrangente
Exercício findos em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Em R\$ mil
	01/01 a 31/12/2010
Lucro líquido do exercício	27.902
Reserva de valor justo (ativos financeiros disponíveis para venda)	(1.334)
Variação cambial de investimentos no exterior	(143.347)
Hedge de Investimento Líquido no Exterior	140.454
Lucro abrangente total no exercício	23.675

BancoBM

Grupo Financeiro Banco BBM

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em R\$ Mil												
Reservas de Capital				Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes						
Capital Social	Atualização de Títulos Patrimoniais	Incentivos Fiscais	Outras Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para Venda	Variação cambial de investimentos no exterior	Reserva de ajuste ao valor justo de hedge de investimento líquido no exterior	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total	
Saldos em 1º de Janeiro de 2010	413.131	3.369	2.696	2.069	69.382	196.811	471					679.789
Variação Cambial de Investimentos no exterior								(2.893)				(2.893)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM						(1.334)						(1.334)
Recompra de ações para Tesouraria									(130.912)			(130.912)
Lucro Líquido do Exercício										27.902		27.902
Hedge de Investimento Líquido no exterior								(140.454)	140.454			-
Destinações:												
- Dividendos/Remuneração de acionistas:												
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,08 por ação										(19.397)		(19.397)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,04 por ação										(9.574)		(9.574)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,04 por ação										(8.874)		(8.874)
- Constituição/Reversão de Reservas	(3.369)	(2.696)	(2.069)	2.339	(4.148)					9.943		-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	413.131	-	-	-	71.721	192.663	(863)	(143.347)	140.454	(139.052)	0	534.708
Mutações no período	-	(3.369)	(2.696)	(2.069)	2.339	(4.148)	(1.334)	(143.347)		(130.912)	0	(145.082)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Em R\$ Mil
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2010
Lucro Líquido	27.902
Ajustes ao Lucro Líquido	56.967
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.904
Depreciações e Amortizações	47.497
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	14.970
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(8.718)
Ganho/Perda não Realizado de TVM e derivativos	(1.367)
Atualização de títulos patrimoniais	(1.333)
Ajustes Patrimoniais	(2.985)
Lucro Líquido Ajustado	84.869
(Aumento)/Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.076.501
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	20.634
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	468.682
Aumento (Redução) em Depósitos	(683.098)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(6.400.961)
Aumento (Redução) Relações Interdependências	(2.941)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(85.123)
(Aumento) em Resultados de Exercícios Futuros	880
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(1.647.766)
(Redução) em Outras Obrigações	1.718.888
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(534.304)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
Aumento / (Redução) de Investimentos	3.783
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	981
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	3.317
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	8.081
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(37.845)
Aquisições de Ações em Tesouraria	(130.912)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(168.757)
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(610.111)
Início do Exercício	1.672.736
Fim do Exercício	1.062.625
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(610.111)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1 Contexto Operacional

O Banco BBM S.A. é a instituição líder do Grupo Financeiro Banco BBM (Nota 3a), estando autorizado a atuar como banco múltiplo através das seguintes carteiras:

- Comercial
- Investimento
- Crédito, Financiamento e Investimento
- Câmbio
- Arrendamento Mercantil

O endereço da sede da Empresa é Rua Miguel Calmon nº 398, Salvador, Bahia. As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 englobam o Banco e suas subsidiárias (conjuntamente denominados "Grupo").

As operações do Banco e do Grupo Financeiro são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Grupo Financeiro Banco BBM. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pela administração em 17 de junho de 2011.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Financeiro Banco BBM foram elaboradas em atendimento a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* (sujeito a uma provisão transitória que nos permite omitir o comparativo de 2009) traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC)*.

O Grupo Financeiro Banco BBM elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 como a data de transição, de acordo com a opção 1 da carta-circular nº 3.435, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS. O BRGAAP foi definido como a prática contábil (GAAP anterior) anterior, de acordo com o pronunciamento IFRS 1 First-time adoption of International Financial Reporting Standards.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa com o propósito especial de atender as exigências da Resolução 3.786/09.

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Financeiro Banco BBM utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas incluem referências ao IFRS, aos pronunciamentos emitidos pelo IASB e às interpretações emitidas pelo IFRIC.

Porém estas demonstrações financeiras consolidadas não representam a primeira demonstração contábil completa em IFRS por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas comparativas e suas correspondentes divulgações comparativas.

A reconciliação entre o patrimônio líquido em BRGAAP, que foi considerado como o GAAP anterior, e em IFRS na data de transição é apresentada na Nota 25 conjuntamente com uma descrição das isenções aplicáveis e exceções obrigatórias adotadas, conforme definido pelo IFRS 1.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações financeiras anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS.

Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS. Nestas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas com propósito especial de atender as exigências da Resolução 3.786 e que não representam as primeiras demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, o Grupo Financeiro Banco BBM aplicou a data de transição de 1º de janeiro de 2010 conforme a opção 1 da Circular 3.345/10.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

O sumário das isenções e exceções do IFRS 1 usadas pela Administração na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas está apresentado na Nota 25.b.

a) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo pelo resultado, mensurados pelo valor justo.
- Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo.
- Ativos e passivos financeiros reconhecidos e designados como objetos de hedge de valor justo em relacionamentos qualificados como hedge accounting, mensurados pelo valor justo em relação ao risco protegido.

b) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c) Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Tanto as estimativas quanto as premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões, no que tange às estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 05 - Aplicações Interfinanceiras de liquidez;
- Nota 06 - Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos;
- Nota 07 - Operações de Crédito, arrendamento mercantil e avais;
- Nota 09 – Imobilizado, ativos tangíveis e Intangíveis.
- Nota 19 - Instrumentos financeiros derivativos
- Nota 20 - Hedge Accounting;
- Nota 23 - Provisões e passivos por obrigação legal;

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3 Políticas Contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nas demonstrações financeiras pelas empresas do Grupo na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As Demonstrações financeiras do Grupo abrangem as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 das seguintes instituições e as respectivas participações:

Banco BBM S.A. e Agência Nassau (instituição líder)
BBM Bank Ltd. (a)
The Southern Atlantic Investments Ltd.(b)
BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (b)
BBM Administração de Recursos DTVM S.A. (b)
BBM Investment Management Services (a)
BBM Proton Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (c)
BBM Quark Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações (c)

- (a) O Banco BBM S.A. possui indiretamente 100% do capital social desta instituição.
- (b) O Banco BBM S.A. possui diretamente 100% do capital social destas instituições.
- (c) O Banco BBM S.A. possui 100% do patrimônio líquido destes fundos.

i. Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando o Grupo possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que esse controle cessa.

ii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aquelas dos fundos controlados pelo Grupo.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço e os resultados são convertidos para reais pela média ponderada das taxas câmbio do período. As variações cambiais decorrentes da conversão das subsidiárias, são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido.

ii. Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição, são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior, são convertidas em Reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados abrangentes incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividade do hedge) e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos menos as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar.

g. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de receita líquida de negociação, receita líquida de outros instrumentos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

h. Despesas com arrendamento mercantil

Os pagamentos realizados em arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

i. Impostos (Inclui também Contribuição Social)

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio. Os impostos reconhecidos no Patrimônio Líquido são posteriormente registrados não resultado, na medida em que os ganhos e perdas que lhe deram origem forem reconhecidos.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para o imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota esperada para o Imposto de Renda de 25% e para a Contribuição Social de 15%.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

j. Ativos e passivos financeiros

i. Reconhecimento

Inicialmente, o Grupo reconhece os empréstimos, os depósitos, as captações obtidas na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos designados a valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos, quando não classificados na categoria a valor justo pelo resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação

Vide políticas contábeis 3(k), (l), (n) e (o).

iii. Baixa (Derecognition)

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Grupo, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Grupo efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiram.

Transações de transferência de ativos reconhecidos no balanço, em que são retidos os riscos e as recompensas dos ativos transferidos, ou uma parcela destes, tais ativos não são baixados do balanço e continuam a ser mensurados pelos mesmos critérios utilizados antes das transferências. As transferências de ativos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e as recompensas, incluem, por exemplo, empréstimo de títulos e transações de recompra.

Quando os ativos são vendidos a terceiros com troca simultânea total da taxa de retorno dos ativos transferidos, a transação é contabilizada como uma transação de financiamento com seguro, similar a transações de recompra. Em transações em que o Grupo não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Grupo deixa de exercer controle sobre este.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações de transferência de ativos é mantida a obrigação de prestar serviços em troca da cobrança de uma tarifa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou se foi inferior para realizar o serviço (um passivo).

iv. Confronto de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser confrontados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Grupo possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um grupo de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Grupo.

v. Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor do resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não recuperação.

vi. Avaliação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Grupo utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 : Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

vii. Identificação e avaliação de redução ao valor Recuperável de ativos financeiros

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo no resultado apresentam evidências de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Grupo considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer incidência de redução ao valor recuperável incorridos, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar incidência de redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda) possuem incidência de redução ao valor recuperável podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Grupo em termos em que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes no grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no grupo.

Na avaliação da incidência de redução ao valor recuperável coletivo, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, prazos de recuperação e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente comparados com os resultados reais para assegurar que continuem válidas.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisões de perdas em empréstimos e adiantamentos. Os juros do ativo com incidência de redução ao valor recuperável continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

Quando um evento subsequente causa uma redução no volume da perda por redução ao valor recuperável, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por redução ao valor recuperável com títulos disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável em títulos disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é revertida contra o resultado do período.

Quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um título disponível para venda com redução ao valor recuperável, entretanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

viii. Ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado

O Grupo tem classificado ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado quando ocorre uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e relatados internamente com base no valor justo;
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer; ou
- O ativo ou passivo contém um derivativo embutido que modifica significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos pelo contrato.

A Nota Explicativa nº 21 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo no resultado. A descrição da base para classificação, está na nota referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

k. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em caixa, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

l. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

m. Hedge accounting

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposição a riscos de mercado. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo através de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e estratégia de designar o hedge e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge.

Também no início do relacionamento de hedge, uma avaliação formal é efetuada para garantir que o instrumento de hedge é altamente efetivo em anular o risco designado na relação de hedge. Hedges são formalmente avaliados mensalmente. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo "hedgiado" durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

Derivativos mantidos para fins de administração de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo no balanço. O tratamento das mudanças no valor justo depende de sua classificação nas seguintes categorias:

i. Hedge de valor justo

Quando um derivativo é designado como hedge das variações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas imediatamente no resultado com as variações no valor justo do item objeto de hedge que são atribuíveis ao risco objeto de hedge (na mesma linha da demonstração de resultado que o item objeto de hedge).

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de hedge de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como hedge de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de hedge para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um hedge das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista considerada altamente provável de ocorrência que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de hedge. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de hedge de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como hedge de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do hedge de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. Hedge de investimento líquido no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como hedge de um investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

iv. Outros derivativos não destinados para negociação

Quando um derivativo não é mantido para negociação, e não está designado em um relacionamento de hedge, todas as mudanças de seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado como um componente do lucro líquido em outros instrumentos financeiros a valor justo.

A comprovação da efetividade do hedge foi realizada em conformidade com as práticas contábeis definidas nas normas do IFRS.

n. Operações de crédito

Operações de crédito são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, e que o Grupo não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As transações de arrendamento mercantil em que contratos de arrendamento transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o arrendatário estão apresentadas como operações de crédito.

Quando o Grupo adquire um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato para revendê-lo (ou um ativo substancialmente semelhante) a um preço fixado em uma data futura (empréstimo de ações, por exemplo), o contrato é contabilizado como operações de crédito, e o ativo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

As operações de crédito são mensuradas inicialmente pelo valor justo que é o valor para originá-las ou comprá-las mais quaisquer custos de transação, e subseqüentemente avaliadas pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto quando se opta por contabilizar as operações de crédito a valor justo pelo resultado, conforme descrito na política contábil (j) (vii).

i. Empréstimos renegociados

Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Uma vez que os termos são renegociados, qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação dos termos do empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos à avaliação individual de redução ao valor recuperável, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

o. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são inicialmente mensurados pelo seu valor justo mais os custos diretos da transação e são avaliados subseqüentemente conforme sua classificação:

i. Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimento fixado que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até o vencimento, e que não são classificados pelo valor justo no resultado nem como disponíveis para venda.

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os mantidos até o vencimento para disponíveis para venda, e impedirá que o Grupo classifique títulos de investimento como mantidos até o vencimento no exercício financeiro corrente e nos próximos dois subseqüentes.

ii. Valor justo pelo resultado

Alguns títulos e valores mobiliários são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, conforme descrito na prática contábil (j) (viii).

iii. Disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos não classificados em outra categoria de ativos financeiros, mantidos até o vencimento ou a valor justo no resultado. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado com segurança, são contabilizados pelo custo. Todos os demais investimentos disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Grupo passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou um evento de redução ao valor recuperável seja verificado, com o saldo da reserva no patrimônio líquido transferido para o resultado.

p. Aplicações e captações no mercado aberto (operações compromissadas)

Títulos vendidos com contrato de recompra e uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que os riscos e benefícios da posse são substancialmente retidos no consolidado. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em "captações no mercado aberto", refletindo a essência econômica da transação como uma dívida do consolidado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Quando a contrapartida tem o direito de vender ou de oferecer novamente os títulos como garantia, o consolidado reclassifica esses títulos no seu balanço patrimonial como ativos financeiros para negociação.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em aplicações no mercado aberto, refletindo a essência econômica da transação como um empréstimo do consolidado. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrado como receita de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Se os títulos de adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada com uma venda a descoberto, incluída em passivos financeiros ao valor justo no resultado e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros ao valor justo.

q. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Grupo e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado. Imobilizados de arrendamento são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

iv. Baixa

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

r. Outros valores e bens

O Grupo possui outros valores e bens oriundos de execução das garantias de operações de crédito, que são avaliados inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo ou o valor do saldo remanescente da dívida, e quaisquer modificações no valor justo são reconhecidas no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

s. Ativos intangíveis

i. Softwares

Os softwares adquiridos pelo Grupo são registrados ao custo, no momento do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

As despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do software de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os softwares desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares é de três a cinco anos.

t. Arrendamento mercantil - Arrendatário

Arrendamentos adquiridos nos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e os benefícios do ativo são classificados como arrendamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado ao valor justo ou ao valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, dos dois o menor. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável àquele ativo.

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto outros valores e bens e ativos de impostos diferidos, são revisados anualmente para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases pro rata.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

v. Depósitos e títulos emitidos

Os depósitos e os títulos emitidos são as fontes com que o Grupo conta para financiamento da dívida.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de reposição ou empréstimo de ações para recomprar o ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura, o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital, de acordo com a substância dos termos contratuais do instrumento.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subseqüentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Grupo decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Grupo contabiliza alguns depósitos e títulos emitidos a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na prática contábil (j) (vii).

y. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Grupo espera usufruir são inferiores ao custo necessário para atender às obrigações assumidas no contrato. A provisão é mensurada pelo valor presente do custo estimado pela rescisão do contrato ou do custo líquido estimado pela continuidade deste, dos dois o menor. Antes de se estabelecer uma provisão, o Grupo reconhece qualquer perda por depreciação nos ativos associados ao contrato.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

x. Coobrigações e garantias prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco concede garantias financeiras, por meio de garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras como compromissos em contas de compensação.

Qualquer aumento em passivo associado com garantias financeiras é registrado no resultado em 'perdas de crédito'. O prêmio recebido é reconhecido no resultado em 'receita líquida de taxas e comissões' utilizando o método linear com base no termo de duração da garantia.

z. Benefícios aos empregados

As despesas de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo regime de competência nos períodos em que os empregados prestaram os serviços.

É reconhecida um contas a pagar para bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos resultados se o Grupo tiver obrigação legal de pagar tal valor como resultado de serviços prestados no passado pelo empregado e a obrigação for estimada de modo confiável. Conforme a Lei 9.656 de 03/06/1998, é garantido aos ex-empregados, demitidos sem justa causa, que contribuíram mensalmente para assistência médica, o direito de manterem a condição de beneficiário, por um período mínimo de 06 (seis) meses e no máximo de até 02 (dois) anos, dependendo do tempo de empresa, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do contrato de trabalho. Para tanto o funcionário pode autorizar sua empregadora (Banco BBM) processar desconto em folha de pagamento equivalente a 1% (um por cento) dos valores incorridos pela cobertura do plano.

aa. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos conselho de administração do Banco.

ab. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

ac. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;
- Improvements to IFRS 2010;
- IFRS 9 Financial Instruments;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

A Companhia estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras como não significativas.

4 Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil	
	Consolidado	Operacional
Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e conta-correntes em Bancos	77.924	263.776
Reservas Livres em espécie com o Banco Central	1.681	4.976
Depósitos junto ao Banco Central do País Modelo (a)	565	16.527
Aplicações no mercado aberto (b)	982.454	1.387.457
Total	1.062.625	1.672.736

(a) Representado por crédito compulsório referente à Micro finanças.

(b) Operações compromissadas com vencimento até 90 dias.

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são como se segue:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Aplicações no Mercado Aberto	982.454	1.387.457
Posição Bancada	65.680	8.414
Letras do Tesouro Nacional	1.000	3.000
Letras Financeiras do Tesouro	59.403	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.277	-
Títulos da Responsabilidade da União no Exterior		5.414
Posição Financiada	916.774	1.379.043
Letras Financeiras do Tesouro	594.286	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	322.488	1.379.043
Notas do Tesouro Nacional - Série F		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.680	32.806
Aplicações em Moedas Estrangeiras	43.134	263.699
	1.030.268	1.683.962

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	Em R\$ Mil			
	Grupo Financeiro Banco BBM			
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	31/12/2010		01/01/2010	
I-Títulos e Valores Mobiliários	938.799	938.511	6.887.770	6.926.275
Títulos para Negociação	93.811	94.962	6.802.244	6.839.963
Carteira Própria	92.906	94.054	427.127	430.188
Títulos de Renda Fixa			389.825	391.908
Letras do Tesouro Nacional			8.605	8.605
Notas do Tesouro Nacional - Série B			380.426	382.495
Notas do Tesouro Nacional - Série F			794	808
Títulos de Renda Variável	92.906	94.054	26.765	27.743
Ações de Companhias Abertas	4.133	5.272	11.931	12.909
Ações Recebidas por Empréstimos	381	389	1.009	1.009
Cotas de Fundos Renda Variável	88.392	88.393	13.825	13.825
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior			10.537	10.537
Outros Títulos e Valores Mobiliários no Exterior			10.537	10.537
Vinculados a Compromissos de Recompra			6.018.817	6.051.547
Notas do Tesouro Nacional - Série B			6.018.817	6.051.547
Vinculados a Prestação de Garantias	905	908	356.300	358.228
Letras Financeiras do Tesouro	900	900	820	820
Notas do Tesouro Nacional - Série B			354.000	355.925
Notas do Tesouro Nacional - Série F			481	484
Ações de Companhias Abertas	5	8	999	999
Títulos Disponíveis para Venda	844.988	843.549	85.526	86.312
Carteira Própria	465.209	465.319	80.059	80.816
Títulos de Renda Fixa (*)	465.131	465.077	79.981	80.524
Letras Financeiras do Tesouro	13.926	13.925		
Letras do Tesouro Nacional	355.841	355.537		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	54.595	54.789	44.691	44.847
Notas do Tesouro Nacional - Série C	3.125	3.144	2.808	2.860
Notas do Tesouro Nacional - Série F	1.294	1.330		
Títulos Emitidos pelo Intem. Finance Corporation	36.350	36.352	32.482	32.817
Títulos de Renda Variável	78	242	78	292
Ações de Companhias Abertas	78	242	78	292
Vinculados a Compromissos de Recompra	100.540	100.370		
Notas do Tesouro Nacional - Série B (b)	100.540	100.370		
Vinculados a Prestação de Garantias	279.239	277.860	5.467	5.496
Letras Financeiras do Tesouro	9.015	9.014		
Letras do Tesouro Nacional	270.224	268.846		
Notas do Tesouro Nacional - Série B (b)			5.467	5.496
II-Instrumentos Financeiros Derivativos	29.121	27.947	64.370	58.405
Operações de Swap	3.054	2.509	21.042	18.692
Termo	24.252	24.252	39.290	39.290
Prêmio de opções	1.815	1.186	4.038	423
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	967.920	966.458	6.952.140	6.984.680

**6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
(Continuação)**

Em R\$ Mil			
Grupo Financeiro Banco BBM			
Custo	Mercado	Custo	Mercado
31/12/2010		01/01/2010	

III-Instrumentos Financeiros Derivativos

Posição Passiva	7.157	9.008	70.497	70.275
Operações de Swap	46	2.244	5.918	5.870
Termo	6.135	6.135	64.405	64.405
Prêmio de opções	976	629	174	

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças

Em 31 de dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2010, as operações de crédito, de arrendamento mercantil e as garantias concedidas através de contratos de avais e fianças no Banco e no Consolidado Operacional, segregadas de acordo com a atividade econômica dos clientes, são como se segue:

Atividade Econômica	Em R\$ Mil			
	Grupo Financeiro Banco BBM			
	31/12/2010		01/01/2010	
Açúcar e Álcool	132.464	22,17%	290.661	21,66%
Energia Elétrica	115.250	19,29%	165.920	12,36%
Pessoa Física	105.363	17,63%	107.520	8,01%
Alimentos	79.184	13,25%	149.914	11,17%
Agricultura	57.996	9,70%	138.779	10,34%
Papel, Plásticos e Embalagens	27.253	4,56%	137.378	10,24%
Veículos e Peças	20.795	3,48%	28.535	2,13%
Construção e Engenharia	19.217	3,22%	48.894	3,64%
Têxtil, Couro e Vestuário	10.504	1,76%	46.684	3,48%
Financeiro	8.540	1,43%	22.095	1,65%
Química e Petroquímica	7.868	1,32%	18.612	1,39%
Mineração	7.740	1,30%	27.664	2,06%
Outras Atividades	2.371	0,40%	7.519	0,56%
Metalurgia	1.234	0,21%	11.574	0,86%
Farmacêutico	1.227	0,21%	14.152	1,05%
Comércio Exterior	448	0,07%	70.369	5,24%
Transportes e Logística	138	0,02%	7.872	0,59%
Bebidas e Fumo	11	0,00%	8.756	0,65%
Serviços Especializados	-	-	28.561	2,13%
Varejo	-	-	8.326	0,62%
Mat. de Construção e Decoração	-	-	2.171	0,16%
Siderurgia	-	-	110	0,01%
Total	597.603	100%	1.342.066	100%

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

As operações de crédito estão apresentadas nos balanços patrimoniais do Consolidado Operacional da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Ativo Circulante		
Operações de Crédito (a)	581.760	1.231.760
Setor Privado	581.760	1.223.602
Setor Público		8.158
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas (b)	15.843	110.306
Sub-total	597.603	1.342.066

(a) Incluem operações de arrendamento mercantil no valor de R\$ 43.820. Em atendimento às diretrizes contábeis estabelecidas, e objetivando compartilhar práticas contábeis específicas, como o valor presente dos fluxos futuros das carteiras de arrendamento, foi calculado o valor atual dos arrendamentos a receber utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

(b) Referem-se a garantias concedidas através de avais, fianças e operações de carta de crédito de importação. As garantias concedidas são registradas em contas de compensação e os respectivos rendimentos são classificados em Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado do período de acordo com os prazos contratuais das garantias.

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

Em 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2010, as operações de crédito, de arrendamento mercantil e as garantias concedidas através de contratos de avais e fianças no Consolidado Operacional estavam segregadas pelas seguintes faixas de vencimento, agrupadas de acordo com os vencimentos das parcelas:

Faixas de Vencimento	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
A vencer em até 90 dias	67.649	368.504
A vencer entre 91 e 180 dias	66.375	171.535
A vencer entre 181 e 360 dias	115.653	281.846
A vencer acima de 360 dias	238.864	410.063
Vencidas em até 14 dias	14.184	11.373
Vencidas entre 15 e 60 dias	47.717	15.675
Vencidas entre 61 e 90 dias	5.029	16.049
Vencidas entre 91 e 180 dias	34.032	23.309
Vencidas entre 181 e 360 dias	5.729	36.193
Carteira Cedida Earn out (a)	2.371	7.519
Total	597.603	1.342.066

(a) Contrato de cessão de direitos créditos cujo prazo para efetiva recuperação será de até 5 anos através de pagamentos espontâneos dos devedores ou através de execução judicial/extrajudicial que será imediatamente devido pelo cessionário ao Banco BBM valor adicional variável correspondente a 80% dos créditos efetivamente recuperados e limitado a determinado valor.

7. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

A provisão acima está apresentada no balanço patrimonial do Consolidado Operacional conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2010	01/01/2010
Provisão para Operações de Crédito	113.608	129.439
Total	113.608	129.439

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram renegociadas operações no Consolidado Operacional no montante de R\$ 23.338 mil (01 de janeiro de 2010 – R\$ 89,4 mil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram recuperadas operações no Consolidado Operacional no montante de R\$ 3.410 mil.

O grupo alienou contratos sem coobrigação no exercício findo em 31 de dezembro 2010, conforme demonstrado abaixo:

	Em R\$ Mil	
	Empresa Ligada	
	31/12/2010	01/01/2010
Quantidade de Contratos	15	36
Montante da cessão	14.179	7.249
Valor contábil líquido de provisão		33.965
Resultado auferido nas cessões	14.179	(26.716)

7. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

A concentração do risco de crédito no Consolidado Operacional é assim demonstrada:

	Em R\$ Mil			
	31/12/2010	%	01/01/2010	%
Principal devedor	80.873	13,6%	86.907	6,5%
10 maiores devedores	275.643	46,3%	430.123	32,2%
20 maiores devedores	384.154	64,5%	614.968	46,1%
50 maiores devedores	515.940	86,7%	927.061	69,5%
100 maiores devedores	539.959	90,7%	1.167.113	87,5%

A composição da carteira de crédito por modalidade no Consolidado Operacional é apresentada da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2010	01/01/2010
Capital de Giro	170.798	521.600
Trade Finance	273.227	439.235
Repasses da Res. 2770 e Res. 322 1		73.014
Repasses do BNDES	11.287	19.980
Arrendamento Mercantil	43.820	69.529
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	15.843	28.334
Crédito Consignado	55.358	140.067
Outros	27.270	50.307
Total	597.603	1.342.066

8. Outros Créditos

	Em R\$ Mil	
	31/12/2010	01/01/2010
Outros Ativos Financeiros		
Câmbio Comprado a Liquidar	1.351.553	395.701
Direitos sobre Vendas de Câmbio	999.093	191.664
Rendas a Receber	1.859	676
Caixa de registro e liquidação	5.816	109.341
Devedores - Conta liquidações pendentes	2.450	12.715
Ajustes a liquidar - Mercado de Futuros		11.311
Relações com Correspondentes	26	4.697
Total	2.360.796	726.105
Outros Passivos Financeiros		
Câmbio Vendido a Liquidar	999.240	191.444
Obrigações por Compras de Câmbio	1.360.691	411.605
Outros	73	77
Caixa de registro e liquidação	973	114.190
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.496	8.114
Ajustes a liquidar - Mercado de Futuros	4.289	
Credores por empréstimos de Ações	390	6.535
Posição Vendida de Títulos e Valores Mobiliários		1.008
Outros valores	6.985	9.928
Total	2.374.137	742.901

9. Ativos tangíveis, Imobilizado e Intangíveis

Ativos Tangíveis e Imobilizado	Terrenos e edificações	Móveis, instalações e	Outras imobilizações	Obras de Benfeitoria	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1	10.570	13.097	31.666	55.334
Aquisições			202		202
Alienações		(47)		(16.153)	(16.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1	10.523	13.299	15.513	39.336
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável					
Saldo em 1º de janeiro de 2010		(4.096)	(7.857)	(14.134)	(26.087)
Depreciação do exercício		(701)	(1.284)	5.769	3.784
Perda por redução ao valor recuperável					
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(4.797)	(9.141)	(8.365)	(22.303)
Valor contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1	6.474	5.240	17.532	29.247
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1	5.726	4.158	7.148	17.033

Ativos Intangíveis	Softwares adquiridos/ desenvolvidos	Total
Custo de aquisição		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	12.468	12.468
Aquisições		-
Alienações	(6.649)	(6.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.819	5.819
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(3.870)	(3.870)
Depreciação do exercício	(436)	(436)
Perda por <i>redução ao valor recuperável</i>		-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(4.306)	(4.306)
Valor contábil		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	8.598	8.598
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.513	1.513

10. Depósitos

Faixas de Vencimento	Em R\$ Mil			
	Grupo Financeiro Banco BBM			
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2010	Total 01/01/2010
Até 1 mês	111.722	4.734	116.456	139.973
De 1 a 3 meses	6.666		6.666	122.381
De 3 a 6 meses	27.052		27.052	375.410
De 6 a 12 meses	39.134		39.134	173.846
Acima de 12 meses	169.169	34.584	203.753	178.933
Sub-total	353.743	39.318	393.061	990.543
Depósitos à Vista e outros depósitos			34.815	79.590
Total			427.876	1.070.133

O prazo médio de emissão dos depósitos interfinanceiros e a prazo, para as operações em aberto em 31 de dezembro de 2010, no Consolidado Operacional, 01 de Janeiro de 2010 - 466 e 538 é de 679 dias e 523 dias (31 de dias), respectivamente. A segregação pelos prazos de vencimento quando da emissão pode ser demonstrada como se segue:

Prazos de Vencimento quando da Emissão	Em R\$ Mil			
	Grupo Financeiro Banco BBM			
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2010	Total 01/01/2010
Até 1 mês	67.221		67.221	5.395
De 1 a 3 meses	18.508		18.508	17.970
De 3 a 6 meses	32.660	4.734	37.394	115.316
De 6 a 12 meses	25.983		25.983	272.930
Acima de 12 meses	209.371	34.584	243.955	578.932
Sub-total	353.743	39.318	393.061	990.543
Depósitos à Vista e outros depósitos			34.815	79.590
Total			427.876	1.070.133

10. Depósitos (Continuação)

A composição por segmento do Consolidado Operacional apresenta-se da seguinte forma:

	Em R\$ Mil									
	Depósitos à Vista		Depósitos a Prazo		Depósitos Interfinanceiros		Total			
	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2010	01/01/2010		
Assets	18.680	48.850	81.291	358.692			99.971	23,4%	407.542	38,08%
Pessoas Jurídicas	13.311	29.881	116.308	127.827			129.619	30,3%	157.708	14,74%
Instituições Financeiras	5	156		1.276	39.318	227.076	39.323	9,2%	228.508	21,35%
Clientes Institucionais			50.379	95.172			50.379	11,8%	95.172	8,89%
Pessoas Físicas	395	703	105.765	180.500			106.160	24,8%	181.203	16,93%
Grupo	2.424						2.424	0,6%		
Total	34.815	79.590	353.743	763.467	39.318	227.076	427.876	100,0%	1.070.133	100,0%

A concentração dos principais clientes no Consolidado Operacional é conforme demonstrado abaixo:

	Em R\$ Mil			
	31/12/2010		01/01/2010	
Principal depositante	64.951	15,18%	96.211	8,99%
10 maiores depositantes	304.017	71,05%	531.866	49,70%
20 maiores depositantes	382.971	89,51%	738.917	69,05%
50 maiores depositantes	424.639	99,24%	946.853	88,48%
100 maiores depositantes	427.552	99,92%	1.038.964	97,09%

11 Obrigações por Operações Compromissadas

As obrigações por operações compromissadas no Consolidado Operacional estão compostas da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco	
	31/12/2010	01/01/2010
Carteira Própria	100.019	6.034.168
Notas do Tesouro Nacional - Série B	100.019	6.034.168
Carteira de Terceiros	919.586	1.381.027
Letras Financeiras do Tesouro	594.310	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	325.276	1.381.027
Carteira de Livre Movimentação		5.373
Títulos de Responsabilidade da União no Exterior		5.373
	1.019.605	7.420.568

12 Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

O Banco BBM S.A. possui um programa de emissão de Euro Medium – Term Notes através de sua agência em Nassau, Bahamas, no valor total de US\$ 500.000 mil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o volume disponível referente a este programa é US\$ 500.000 mil.

O Banco BBM possui uma emissão de Eurobônus no valor de R\$ 341.408 mil, em dezembro de 2010, adquirido pela The Southern Atlantic Investments Ltd, empresa incluída no Consolidado Operacional.

13 Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos no Exterior

As obrigações por empréstimos no exterior no Consolidado Operacional são compostas conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Operacional	
	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações por Empréstimos no Exterior	483.587	492.602
Linha de Crédito de Exportação	6.275	7.583
Linha de Crédito de Importação	38.692	98.618
	528.554	598.803

O montante de R\$ 483.587 mil no Consolidado Operacional engloba duas operações de captação em reais tomadas junto ao “International Finance Corporation” (IFC), órgão do Banco Mundial, com vencimentos em julho de 2013 e janeiro de 2014 indexadas ao CDI.

b) Repasses no país

As obrigações por repasses no país, no montante de R\$ 11.275 mil (01 de janeiro de 2010 – R\$ 24.217 mil), correspondem a linhas de crédito captadas junto ao FINAME e FINEM, vencíveis até junho de 2013, sendo R\$ 5.871 mil indexadas à TJLP, R\$ 5.028 mil indexadas ao CDI e R\$ 376 mil prefixado (01 de janeiro de 2010 – vencimentos até maio de 2015, sendo R\$ 23.467 mil indexadas à TJLP e R\$ 750 mil indexadas ao Dólar).

14 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social – Banco BBM S.A.

O capital social é composto de 257.560.034 ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,60 cada uma, sendo 172.156.270 ações ordinárias e 85.403.764 ações preferenciais.

(b) Reserva Legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.

(c) Reserva Estatutária

De acordo com o estatuto social, é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais.

(d) Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco BBM possui 53.553.304 ações para manutenção em tesouraria no valor de R\$ 139.052 mil.

Em 29 de janeiro de 2010, o Banco BBM adquiriu 5.794.816 ações PN a um valor unitário por ação de R\$2,23, permanecendo com estas em tesouraria.

Em 24 de novembro de 2010, o Banco BBM adquiriu 1.871.842 ON e 43.439.826 PN a um valor unitário por ação de R\$2,60, permanecendo com estas em tesouraria.

(e) Juros sobre o Capital Próprio e dividendos

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, o Banco BBM S.A., em 2010, creditou a seus acionistas o montante de R\$ 37.845 mil a título de juros sobre o capital próprio, tendo sido retido na fonte imposto de renda de R\$ 5.677 mil, calculado à alíquota de 15%. O referido valor foi determinado de acordo com os limites legais em vigor e classificado nos registros oficiais no grupo “Outras Despesas Operacionais”.

Para fins de publicação da demonstração de resultado, conforme estabelecido pela Circular nº 2.739 do BACEN, a despesa incorrida relativa ao pagamento de juros sobre o capital próprio foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados, sendo apresentada na demonstração das mutações do patrimônio líquido como destinação do resultado.

Os juros sobre o capital próprio propostos em 2010, reduziram o encargo fiscal em R\$ 15.138 mil.

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

14 Patrimônio Líquido (Continuação)

	Em R\$ Mil
	2010
Lucro líquido do exercício - Banco BBM S.A.	46.793
(-) Reserva Legal	(2.340)
Base de cálculo	44.453
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
	11.113
Dividendos Deliberados e Pagos	-
Juros Sobre Capital Próprio Deliberados e Pagos	37.845
Total	37.845

(f) Ajustes realizados no Patrimônio para IFRS

Em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, a variação cambial de investimentos no exterior apurada no ano de 2010 foi reclassificada do resultado para o patrimônio líquido e evidenciada na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) no valor de R\$ 1.505.

15 Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Operações de Câmbio

	Em R\$ Mil
	Grupo Financeiro Banco BBM
	2010
Operações de Captação no Mercado	
Depósitos Remunerados no Exterior	(164)
Depósitos Interfinanceiros	(12.991)
Depósitos a Prazo	(43.579)
Operações Compromissadas	(257.544)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(1.176)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.319)
Variação Cambial (a)	1.078
	(315.695)
Operações de Empréstimos Cessões e Repasses	
Despesas de Repasses do BNDES	(1.204)
Despesas de Empréstimos no Exterior	(35.202)
Variação Cambial	11.510
Receitas (Despesas) de Empréstimos de Ações	(209)
Outras Despesas	(85)
	(25.190)
Resultado de Operações de Câmbio	
Receitas de Adiantamentos de Contratos de Câmbio	12.410
Variação e Diferenças de Taxas	1.160
Outras Despesas	(896)
	12.674

(a) Refere-se substancialmente aos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos obtidos pelo Banco junto à sua Agência no exterior, através de repasse de recursos captados em moeda estrangeira, que em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, da conta de Outras Receitas Operacionais para a conta de Despesas de Operações de Captação no Mercado.

16 Receitas de Prestação de Serviços

	Em R\$ Mil
	Grupo Financeiro Banco BBM
	2010
Taxas de Administração e Performance de Fundos de Investimento	87.203
Outros Serviços	5.917
	93.120

17 Outras Despesas Administrativas

	Em R\$ Mil
	Grupo Financeiro Banco BBM
	2010
Outras Despesas Administrativas	
Água, Energia e Gás	(1.179)
Aluguéis	(5.531)
Comunicações	(5.352)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.024)
Material	(196)
Processamento de Dados	(3.996)
Promoções/Propaganda/Publicações	(1.086)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.348)
Serviços de Terceiros	(6.369)
Serviços de Vigilância Segurança	(355)
Serviços Técnicos Especializados	(8.014)
Transporte	(417)
Viagem	(1.224)
Outras Despesas Administrativas	(7.594)
	(51.685)

	Em R\$ Mil
	Grupo Financeiro Banco BBM
	2010
Despesas de Pessoal	
Salários	(33.174)
Contribuição Social	(12.678)
Fundo de Garantia	(2.749)
Outros Benefícios	(6.140)
Participações no Lucro	(41.389)
	(96.130)

18 Transações Relevantes com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com partes relacionadas são as seguintes:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Ativo		
Outros Créditos		
Negociação e Intermediação de Valores		137
Diversos	178	52
Passivo		
Depósitos à Vista	2.893	7.907
- Évora S/A	358	3.820
- Parque da Freguesia S/A	34	370
- Aleutas S/A	59	1
- RE - Ravenala Executivos Participações S/A	157	9
- Ravenala S/A	1.737	2.898
- Outras pessoas Jurídicas (Empresas não-financeiras)	167	128
- Pessoas Físicas Ligadas	381	681
Depósitos a Prazo	65.231	86.471
- Pronor Petroquímicas	27.597	24.841
- Pessoas Físicas Ligadas	11.687	43.525
- Évora S/A	1.615	
- Ravenala S/A	24.332	
- Latapack		17.363
- Sagres Trading		743
Dividendos e Bonificações a Pagar	36.565	
- Acionistas Pessoas Físicas	36.565	3.090
Outras Obrigações		
Diversas	7	302
Resultado		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.559)	
Operações de Captação no Mercado		
Despesas com Depósitos a Prazo	(2.540)	
Outras Despesas Administrativas		
Prestação de Serviços	(1)	
Remuneração dos Administradores	(19.005)	

As operações entre partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

18. Remuneração de diretores e pessoal chave da administração (Continuação)

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores totalizou R\$ 18.867 em 31 de dezembro de 2010. Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. (vide quadro abaixo).

Tipo	Descrição	Total
Diretor	Pro-Labore	2.308
Conselheiro	Pro-Labore	705
Diretor	Assistência Médica	172
Conselheiro	Assistência Médica	58
Diretor	Gratificação Diretoria	15.624
Conselheiro	Gratificação Diretoria	
	Total	18.867

A Companhia não possui benefícios de longo prazo.

Não há pessoas chaves da administração nas subsidiárias e controladas da Companhia

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;

Qualquer entidade controlada pela Instituição; ou

Qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

19. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco e as demais instituições do Consolidado Operacional participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

De acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos designados para compensar, no todo ou em parte, exposições a risco decorrentes de ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista (item objeto de *hedge*), desde que sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *hedge* de risco de mercado - Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- *hedge* de fluxo de caixa - Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos", até a realização do item objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Adicionalmente são efetuadas operações de "macro hedging" com o objetivo de proteger, no todo ou em parte, a exposição líquida do Consolidado Operacional aos riscos de juros e câmbio, além de operações com posições direcionais. A administração desses riscos é efetuada através de políticas que definem a estratégia de operação, assim como os controles de acompanhamento e definição dos limites de posição. Estas operações realizadas não se enquadram na classificação de "hedge" de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082.

As operações são negociadas, registradas ou custodiadas na BM&F Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No Consolidado Operacional, as operações com derivativos internacionais são negociadas e registradas no mercado de balcão, na "Chicago Board of Trade - CBOT" ou na "Chicago Mercantile Exchange - CME".

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são:

- Futuros: valor do ajuste diário das operações;
- Swaps e Termo: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&F ou preços dos ativos objetos;
- Opções: preço médio de negociação no dia da apuração, ou quando não disponível, o preço calculado com base em modelos de precificação, como o modelo Black & Scholes.

Em 31 de dezembro de 2010, as garantias envolvidas nas operações com instrumentos financeiros e derivativos estão representadas basicamente por títulos públicos no montante total de R\$ 155.416 mil.

Os compromissos assumidos decorrentes desses instrumentos financeiros, registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2010, vencíveis até janeiro de 2017, podem ser assim demonstrados:

Swap e Termo - Consolidado Operacional

	Consolidado Operacional											
	Valores pelas taxas e indexadores contratados						Valor de mercado					
	31/12/2010			01/01/2010			31/12/2010			01/01/2010		
	Ativo	Passivo	Posição Líquida	Ativo	Passivo	Posição Líquida	Ativo	Passivo	Posição Líquida	Ativo	Passivo	Posição Líquida
A) Referenciado em												
Moedas (*)	11.541	3.220	8.321	1.013.402	1.136.517	(123.115)	11.541	3.220	8.321	1.013.402	1.138.852	(125.450)
Taxas de Juros	119.233	118.411	822	5.294.330	4.917.591	376.739	119.191	117.416	1.776	5.294.491	4.916.814	377.677
Outros	29.906	27.551	2.355	45.213	285.979	(240.766)	30.000	29.395	605	45.361	286.691	(241.330)
	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	160.732	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
B) Contrapartes												
Clientes Institucionais	122.515	121.091	1.425	446.379	5.277.627	(4.831.248)	122.506	121.219	1.287	446.384	5.278.465	(4.832.081)
Instituições Financeiras	19.242	9.707	9.534	5.853.110	1.010.314	4.842.796	19.303	9.707	9.596	5.853.259	1.010.314	4.842.945
Pessoas Jurídicas	18.924	18.384	540	53.456	52.146	1.310	18.924	19.104	(181)	53.611	53.578	33
	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
C) Vencimentos												
Até 3 meses	10.314	2.034	8.280	1.365.292	1.353.796	11.496	10.314	2.034	8.280	1.365.310	1.354.080	11.230
De 3 a 6 meses	125.917	125.524	393	888.334	886.930	1.404	125.907	123.933	1.975	888.387	887.118	1.269
De 6 a 12 meses	16.249	15.758	491	267.102	265.967	1.135	16.225	16.383	(158)	267.192	267.765	(573)
Acima de 12 meses	8.201	5.866	2.335	3.832.217	3.833.394	(1.177)	8.286	7.680	606	3.832.365	3.833.394	(1.029)
	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
D) Operações realizadas												
BM&F	28.907	28.366	541	5.923	5.971	(48)	29.001	28.396	605	6.071	5.971	100
CETIP	119.232	116.597	2.635	377.491	366.862	10.629	119.191	117.416	1.776	377.652	369.909	7.743
SELIC	-	-	-	39.290	39.290	-	-	-	-	39.290	39.290	-
Balcão	12.541	4.219	8.322	5.930.241	5.927.964	2.277	12.541	4.219	8.322	5.930.241	5.927.187	3.054
	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897

(*) Inclui operações de "swap" de moedas com limitador inferior em taxa de juros.

Opções

	Consolidado Operacional					
	31/12/2010			01/01/2010		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Risco	Valor de Custo	Valor de Mercado	Risco
A) Direitos sobre						
Moedas	839	557	24.514	4.038	423	11.306
	839	557	24.514	4.038	423	11.306
B) Obrigações sobre						
Moedas				174		
				174		
Total	839	557	24.514	3.864	423	11.306
C) Contrapartes						
Bolsas	839	557	24.514	3.864	423	11.306
	839	557	24.514	3.864	423	11.306
D) Vencimentos						
Até 3 meses	839	557	24.514	2.928	206	8.702
De 3 a 6 meses				523	81	1.176
De 6 a 12 meses				413	136	1.428
Acima de 12 meses						
	839	557	24.514	3.864	423	11.306
E) Operações realizadas						
Em Bolsas	839	557	24.514	3.864	423	11.306
	839	557	24.514	3.864	423	11.306

Contratos de Futuros

Em R\$ Mil	
Consolidado Operacional	
31/12/2010	01/01/2010
Valor de Mercado	Valor de Mercado

A) Referenciado em

Cupom Cambial		
Posição Ativa (DDI e SCC)	601.714	4.230.559
Posição Passiva (DDI e SCC)	(2.552.736)	(1.702.386)
Taxas de Juros (DI1)		
Posição Ativa	396.681	468.655
Posição Passiva	(905.412)	(2.639.128)
Taxas de Juros Externa		
Posição Ativa		476.469
Posição Passiva	(73.982)	(352.501)
Índices		
Posição Ativa		
Posição Passiva	(2.452)	(13.145)
Moeda Estrangeira		
Posição Ativa	831.600	1.181.349
Posição Passiva	(285.361)	(21.002)
Commodities		
Posição Ativa		9.034
Posição Passiva		(9.034)
	(1.989.948)	1.628.870

B) Contrapartes

Bolsas	(1.989.948)	1.628.870
	(1.989.948)	1.628.870

C) Vencimentos

Até 3 meses (I)	(915.216)	2.447.054
De 3 a 6 meses (II)	(38.113)	870.212
De 6 a 12 meses (III)	88.955	1.442.428
Acima de 12 meses	(1.125.573)	(3.130.824)
	(1.989.948)	1.628.870

D) Operações realizadas

Em Bolsas	(1.989.948)	1.628.870
	(1.989.948)	1.628.870

- (I) Inclui contratos de futuros com vencimento até 01 de abril de 2011.
- (II) Inclui contratos de futuros com vencimento entre 04 de abril de 2011 e 01 de julho de 2011.
- (III) Inclui contratos de futuros com vencimento entre 04 de julho de 2011 e 02 de janeiro de 2012.

As posições no mercado de futuros incluem as seguintes posições com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente:

- Contratos vendidos de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 1.559.642 mil;
- Contratos comprados em juros (DI1) no valor de R\$ 396.681 mil;
- Contratos comprados em moeda (DOL) no valor de R\$ 831.600 mil;
- Contratos comprados de cupom cambial (SCC) no valor de R\$ 33.031 mil.

Os valores de receitas e de despesas líquidas com Instrumentos Financeiros Derivativos estão demonstrados a seguir:

	Em R\$ Mil
	Consolidado
	Operacional
	2010
Contratos de Futuros	(27.304)
Contratos de Opções	(779)
Contratos de "Swap" e Termo	2.871
Total	<u>(25.212)</u>

20. Hedge accounting

Em 31 de dezembro de 2010, existiam instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de risco de mercado, ajustados, representados por contratos de futuro de cupom cambial no montante de R\$ 249.571 mil. O item objeto do hedge são transações passivas sujeitas à variação do cupom cambial. Essas operações foram ajustadas a valor de mercado e gerou um ganho, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 534 mil no Consolidado Operacional, registrado no resultado do ano.

Em 31 de dezembro de 2010, existiam instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de investimento no exterior, representados por contratos de NDF com valor referencial de US\$ 309.000 mil, valor a mercado de US\$ 1.089 e vencimento em Janeiro de 2011. O item objeto de hedge é representado pelo investimento (participação direta e integral) da empresa The Southern Atlantic Investments Ltd no capital da empresa BBM Bank Ltd sujeitas à variação cambial. Ambas as empresas estão situadas no exterior.

21. Gerenciamento de riscos financeiros

a. *Introdução e visão geral*

O Grupo está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima; os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Grupo; e seu gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Comitê Executivo é o responsável geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Banco BBM. Periodicamente ocorrem o Comitê de Risco de Mercado e o Comitê de Risco de Crédito, mensal e semanalmente, na respectiva ordem.

As políticas de gerenciamento de risco do Banco BBM são estabelecidas com o objetivo de identificar e analisar os riscos incorridos pelo Banco na execução de seus negócios, para estabelecer limites e controles adequados bem como para monitorar a aderência das métricas de riscos aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados regularmente para refletir as mudanças nas condições do mercado, dos produtos e dos serviços oferecidos. O objetivo do Banco BBM, através de seu sistema de treinamento e de padrões e procedimentos de gerenciamento, é desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários compreendam as suas funções e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Banco BBM é responsável por monitorar o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco do Banco e por analisar a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação ao risco enfrentado pelo Banco. O Comitê de Auditoria é assessorado nestas funções pela Área de Auditoria Interna. A Área de Auditoria Interna realiza auditorias regulares e ad-hoc dos controles e procedimentos de gerenciamento de risco, os resultados dos quais são apresentados ao Comitê de Auditoria.

b. *Risco de crédito*

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- O risco de crédito de contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Gerenciamento de risco de crédito

A área de Risco de Crédito é responsável pelos procedimentos necessários para efetivo cumprimento das políticas estabelecidas e possui as seguintes atribuições:

- Centralizar e avaliar informações referentes ao gerenciamento do risco de crédito;
- Assegurar que os limites operacionais sejam observados;
- Divulgar relatórios para auxílio na tomada de decisão dos limites de crédito aprovados no Comitê de Crédito;
- Avaliar previamente novas modalidades de operação com respeito ao risco de crédito.

A área de Análise de Crédito é responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais o banco mantém ou estuda manter relações creditícias.

O Departamento de Contratos é responsável por verificar a aderência das operações aos parâmetros estipulados na Proposta Limite de Crédito ("PLC"), bem como a correta constituição das garantias. Também deve emitir os contratos a serem firmados entre o BBM e o cliente.

O Comitê de Crédito é responsável pela definição dos limites de crédito dos grupos econômicos e pelo acompanhamento e avaliação consolidada da carteira, seu nível de concentração e de risco. Também é de sua responsabilidade estipular prazo para solucionar operações de crédito em atraso ou com alguma deterioração de garantia e decidir pelo início de cobrança judicial, se for necessário. Com periodicidade semanal, o Comitê é composto por quatro membros votantes e quatro membros não votantes. Os membros votantes são o Diretor de Risco/Coordenador do Comitê Executivo, o Diretor de Pesquisa, o Diretor Comercial de Crédito e um Conselheiro. Todos os membros votantes do comitê possuem poder de veto. Participam ainda do comitê os gerentes das áreas de: Análise de Crédito, Risco, Controle de Crédito Corporativo e Jurídico.

É de responsabilidade do Departamento Jurídico, analisar os contratos firmados entre o BBM e os clientes, bem como coordenar as medidas visando à recuperação do crédito ou proteção dos direitos do BBM.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo.

Operações de crédito e adiantamentos e títulos e valores mobiliários com redução ao valor recuperável.

Empréstimos e títulos inadimplentes são empréstimos e títulos para os quais o Grupo determina que provavelmente não consiga cobrar todo o principal e os juros devidos de acordo com os prazos dos contratos de empréstimo ou de emissão do título. Tais empréstimos são classificados nos níveis de risco AA a H no sistema interno de graduação de risco do Grupo.

Empréstimos com atraso, porém não inadimplentes

São os empréstimos e títulos em que os pagamentos dos juros contratuais ou do principal estejam atrasados, mas que o Grupo acredita que considerá-los inadimplentes não é apropriado, em razão do nível de garantia ou aval disponível ou do estágio da cobrança dos valores devidos ao Grupo.

Empréstimos com prazos renegociados

Empréstimos com prazos renegociados são empréstimos que foram reestruturados em razão da deterioração na posição financeira do tomador e nos casos em que o Grupo fez concessões que de outra forma não consideraria. Uma vez que o empréstimo é reestruturado, ele continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

Provisões para perdas com empréstimos inadimplentes

O Grupo estabelece uma reserva para perdas em empréstimos inadimplentes que representa sua estimativa das perdas que poderão ser incorridas em sua carteira de empréstimos. Os principais componentes dessa reserva são um componente de perda específica que se refere às exposições individualmente significativas, e uma reserva coletiva para perdas em empréstimos estabelecida para grupos de ativos homogêneos baseado em perdas incorridas, mas não identificadas nos empréstimos sujeitos à avaliação individual de adimplência.

Política de baixa

O Grupo baixa o saldo de um empréstimo ou título (e as respectivas provisões para perdas com empréstimos e títulos inadimplentes) quando o Comitê de Crédito do Grupo determina que os empréstimos e/ou títulos são incobráveis. Essa determinação é atingida após considerar informações tais como a ocorrência de mudanças significativas na situação financeira do tomador/emitente que indiquem que ele não poderá pagar a obrigação ou que os pagamentos da garantia serão insuficientes para pagar a exposição total. Para empréstimos padronizados e de saldos menores, decisões de baixar o crédito geralmente são baseadas em situações de atraso específicas de um produto.

A exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por região geográfica está demonstrada a seguir:

Ativo	Brasil	Exterior	Total
Caixa e saldo no Banco Central	2.257	77.914	80.171
Aplicação no mercado aberto	982.454		982.454
Instrumentos financeiros derivativos	2.050	25.897	27.947
Títulos e Valores Mobiliários	938.511		938.511
Empréstimos e recebíveis	519.450	78.153	597.603
Total do ativo	2.444.722	181.964	2.626.686

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica das contrapartes:

Ativo	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Caixa e saldo no Banco Central	80.171							80.171
Aplicação no mercado aberto	982.454							982.454
Instrumentos financeiros derivativos	27.083			864				27.947
Títulos e Valores Mobiliários		938.511						938.511
Empréstimos e recebíveis	3.702		145.532	325.218	14.011	109.140		597.603
Total do ativo	1.093.410	938.511	145.532	326.082	14.011	109.140		2.626.686

Passivo	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Depósitos	139.294				52.803	106.160	129.619	427.876
Captações no mercado aberto	1.019.605							1.019.605
Instrumentos financeiros derivativos	6.202			297			2.509	9.008
Obrigações por empréstimos e repasses	539.828							539.828
Total do passivo	1.704.929	0	0	297	52.803	106.160	132.128	1.996.317

c. Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A posição de liquidez é monitorada e testes regulares de estresse de liquidez são realizados em cenários, apresentando condições normais e mais severas do mercado em relatórios semanais que informam a posição de liquidez do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

O controle de Risco de Liquidez é baseado na projeção futura de caixa livre e ativos em carteira com risco de crédito. Para projeção de caixa livre, todas as captações são consideradas pagas no vencimento sem expectativa de rolagem ou captações adicionais. Desta forma, o banco não conta com depósitos à vista ou qualquer outra fonte incerta de caixa. Este cenário é consistente, uma vez que não faz parte da política do banco permitir pré-liquidações de suas captações sem avaliação prévia, caso a caso, sob a ótica de liquidez e preços de mercado. O fluxo de recebimento dos ativos com risco de crédito é tratado segundo provisões atribuídas aos valores, dados contratuais e cenários de atraso que seguem a classificação de risco de cada operação ("rating").

Ativo	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Caixa e saldo no Banco Central	80.171		80.171
Aplicação no mercado aberto	982.454		982.454
Instrumentos financeiros derivativos	25.943	2.004	27.947
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado	94.962		94.962
Empréstimos e recebíveis	358.739	238.864	597.603
Ativo fiscal diferido		97.206	97.206
Outros ativos financeiros	2.360.796		2.360.796
Total do ativo	3.903.065	338.074	4.241.139

Passivo	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos	224.123	203.753	427.876
Captações no mercado aberto	1.019.605		1.019.605
Instrumentos financeiros derivativos	7.621	1.387	9.008
Passivo financeiro ao custo amortizado	319.604	220.225	539.829
Passivo fiscal		7.918	7.918
Outros passivos financeiros	2.374.137		2.374.137
Patrimônio líquido		534.708	534.708
Total	3.945.090	967.991	4.913.081

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que as variações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio, e *spreads* de crédito (não relacionados às alterações da classificação do crédito do credor/emissor) e que poderá influenciar na receita do Grupo ou no valor dos seus ativos ou instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco do mercado dentro dos parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo em que otimiza o retorno sobre o risco.

Gerenciamento de riscos de mercado

O Banco divide sua exposição ao risco de mercado entre carteiras de negociação e não-negociação. Classificam-se na carteira de negociação todos os instrumentos financeiros e mercadorias, derivativos inclusive, detidas com intenção de negociação ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação de negociabilidade.

A área de Risco é subordinada ao Diretor de Riscos, evitando desta forma um eventual conflito de interesses com as áreas tomadoras de decisão. As atividades da área de Risco se resumem a: identificação, medição e controle do risco de mercado do Banco; definição mensal em Comitê de Riscos dos cenários utilizados na reavaliação das carteiras; geração de relatórios à Diretoria e áreas tomadoras de Risco, no mínimo, diariamente.

Cabe ainda à área de Risco a elaboração e desenvolvimento das políticas detalhadas de gerenciamento de risco, sujeitas à análise e aprovação do Comitê Executivo.

Exposição aos riscos de Mercado – Carteiras negociáveis

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras negociáveis do Banco é o Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira negociável é a perda estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) de um movimento adverso do mercado com uma probabilidade específica (nível de confiança). O modelo VaR usado pelo Banco é baseado em um nível de confiança de 95% e presume um período de manutenção de 1 dia. O Banco utiliza o sistema Risk Control – sistema de Risco inicialmente desenvolvido internamente – para determinar valores de risco, tais como VaR, exposição a determinados fatores de risco e testes de estresse. No cálculo de VaR, o Banco tem como opções de método os modelos paramétrico, histórico, incremental e simulação de Monte Carlo, sendo o modelo paramétrico preferível.

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir o risco de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados podem incorrer em algumas limitações, incluindo as especificadas abaixo:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível a ocorrência de perda dentro desse período. O Banco BBM considera uma premissa realista nos mercados que atua, à exceção de períodos que fogem à normalidade.
- Um nível de confiança de 95% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 5% de que as perdas superem o VaR. O VaR é calculado em base de fim-de-dia, não refletindo, portanto, as exposições que podem surgir das posições durante os dias de negociações.
- O uso do modelo paramétrico de VaR corresponde com boa aderência aos resultados do Banco, avaliados periodicamente através de *Backtesting*, além de sua fácil implementação e cálculo quando comparados aos outros métodos. A medida de VaR depende da posição do Banco e da volatilidade dos preços de mercado, isto é, se a posição do Banco é inalterada, o medida de VaR diminui se a volatilidade do preço de mercado cai e vice-versa.

- O Banco adota limites de Risco em relação a valores de VaR para o risco de mercado total das carteiras de negociação. A estrutura geral dos limites de VaR devem ser analisadas e aprovadas pelo Comitê Executivo. O VaR é medido diariamente, no mínimo, e os relatórios são apresentados à Diretoria do Banco.

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco em 31 de dezembro e durante o período:

Em milhões de Reais	Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
2010				
Risco de variação cambial	0.19	1.32	0.04	2.93
Risco de taxas de juros	0.00	0.60	0.00	5.08
Risco de Bolsa Brasil	0.05	0.23	0.03	1.46
Risco de Bolsa Internacional	0.00	0.00	0.00	0.00
Risco Emergentes	0.00	0.00	0.00	0.00
Risco G7	0.00	0.00	0.00	0.00
Geral	0.18	1.72	0.10	5.45
2009				
Risco de variação cambial	0.18	0.82	0.01	2.94
Risco de taxas de juros	1.31	2.82	0.37	8.27
Risco de Bolsa Brasil	0.41	0.42	0.09	0.85
Risco de Bolsa Internacional	0.00	0.01	0.00	0.06
Risco Emergentes	0.00	0.04	0.00	0.35
Risco G7	0.00	0.00	0.00	0.00
Geral	1.32	3.26	1.32	9.24

As limitações da metodologia VaR são conhecidas por completar outras estruturas de limite de posição e sensibilidade, inclusive limites para lidar com possíveis riscos de concentração dentro de cada carteira negociável. Além disso, o Banco BBM utiliza uma ampla gama de testes de estresse para simular o impacto financeiro em vários cenários excepcionais de mercado nas carteiras de negociação.

e. Risco operacional

Para o Banco BBM, risco operacional é a possibilidade de perda direta ou indireta, resultante de inadequação ou falhas de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Além de políticas e procedimentos formais para a revisão da exposição da Instituição aos riscos inerentes às suas operações, estes precisam ser fundamentados por uma forte cultura corporativa, que permitirá uma melhor e mais eficiente gestão do risco operacional.

Como uma de suas principais atribuições, a Área de Risco Operacional, estruturada em 2006, conta com o comprometimento e apoio da Alta Administração, no sentido de disseminar internamente a cultura de risco operacional e garantir o sucesso de um gerenciamento eficaz de risco reforçando a responsabilidade de seus funcionários no processo.

Os Agentes de Compliance possuem papel importante na estrutura de Risco Operacional atuando como multiplicadores da nossa cultura, metodologia e na compreensão e divulgação interna das novas diretrizes desse tema.

A Intranet do BBM é outro canal importante de disseminação da cultura de risco operacional, pois é um meio de comunicação que consegue atingir todas as esferas da instituição com o objetivo de divulgar os seguintes itens:

- Metodologia de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Novidades sobre o tema; e
- Melhores práticas adotadas pelo mercado.

Soma-se à definição de risco operacional, o risco legal que está associado à inadequação ou inobservância da regulamentação em vigor no que se refere aos produtos/serviços oferecidos pelo Banco BBM, bem como às indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição, e às sanções advindas de descumprimento de dispositivos legais.

Todos os produtos oferecidos pelo Banco BBM são previamente avaliados pelo Departamento Jurídico, de forma que o mesmo é responsável pela (i) adequação dos produtos às leis e aos regulamentos aplicáveis, (ii) verificação da existência dos fundamentos jurídicos necessários e das incidências fiscais, com base no entendimento da doutrina e da jurisprudência e (iii) elaboração dos contratos padrão.

O risco legal é mitigado através do acompanhamento diário da legislação que se dá através da leitura do Diário Oficial e do recebimento diário de informes eletrônicos enviados por software de atualização de legislação assinado pelo Banco BBM. Adicionalmente, há acompanhamento estreito da jurisprudência, de modo que são divulgadas às áreas interessadas, todas as decisões que possam impactar, de alguma forma, os produtos oferecidos pelo Banco BBM.

f. Gestão do capital

Capital regulatório

O Banco Central do Brasil é o principal órgão regulador do Grupo e estabelece e monitora as normas de capital para o Grupo como um todo. As operações da matriz e as operações bancárias individuais são diretamente supervisionadas pelos seus órgãos reguladores locais.

Com relação à implementação de normas atuais de capital, o Banco Central do Brasil exige que o Grupo mantenha uma proporção estabelecida do capital total em relação ao total dos ativos de risco ponderado. O Grupo calcula a necessidade para o risco de mercado em suas carteiras negociáveis com base nos modelos de VaR do Grupo e utiliza suas classificações internas como base para ponderar o risco de crédito.

O capital regulador do grupo é analisado em dois níveis:

Capital de Nível 1, que inclui capital de ações ordinárias, capital excedente, instrumentos de dívidas perpétuas (que são classificados como valores imobiliários inovadores de Nível 1), lucros acumulados, reservas de conversão de câmbio e participações minoritárias após deduções para ágio e ativos intangíveis e outros ajustes reguladores relacionados aos itens que são incluídos em ativos, porém são tratados de maneira distinta para fins de adequação..

Capital de Nível 2, que inclui classificação de passivos subordinados, provisões para redução ao valor recuperável coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

Vários limites são aplicados aos elementos da base de capital. O valor dos valores mobiliários inovadores de nível 1 não podem ultrapassar 15% do capital total do nível 1; o capital de nível 2 elegível não pode ultrapassar o capital de nível 1; o capital subordinado de empréstimo a prazo elegível não poderá superar 50% do capital de nível 1. Também existem restrições sobre o valor das provisões coletivas de redução ao valor recuperável que podem ser incluídas como parte do capital de nível 2. Outras deduções de capital incluem os valores contábeis dos investimentos em subsidiárias que não podem ser incluídos na consolidação reguladora, investimentos em capital de bancos e outros determinados itens reguladores.

Operações bancárias são classificadas como carteira de negociações ou carteira bancária e os ativos de risco ponderado são determinados de acordo com as normas específicas que procuram refletir os vários níveis de riscos associados aos ativos e exposições de itens não registrados no balanço patrimonial.

A política do Grupo procura manter uma base de capital sólida para manter a confiança do investidor, credor e do mercado, e para sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. O impacto do nível de capital no retorno do acionista também é reconhecido e o Grupo reconhece a necessidade de manter um equilíbrio entre retornos maiores que talvez sejam possíveis com maior alavancagem e os benefícios e segurança proporcionados por uma posição sólida de capital.

O Grupo e suas operações regulamentadas individualmente cumpriram com todas as exigências de capital impostas externamente capital durante o período.

Não houve mudanças significativas no gerenciamento de capital do Grupo durante o período.

O cálculo do Índice de Basileia e o Limite de Imobilização são calculados de forma consolidada considerando todas as empresas controladas em BR GAAP.

A posição de capital regulador do Grupo em 31 de dezembro é apresentada abaixo:

	Em R\$ Mil
	Consolidado Operacional
	2010
Patrimônio de Referência Nível I	530.721
Patrimônio Líquido	534.610
Ativo Permanente Diferido	4.752
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(863)
Patrimônio de Referência Nível II	(863)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(863)
Patrimônio de Referência (PR)	529.858
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	241.849
Parcela Referente ao:	
Risco de Crédito (PEPR)	115.992
Risco de Câmbio (PCAM)	61.909
Risco de Juros (PJUR)	4.421
Risco de Ações (PACS)	2.048
Risco Operacional (POPR)	57.549
RBAN	1.289
Valor da Margem ou Insuficiência (PR - PRE)	288.009
Fator de Risco - 11% do PR	58.284
Índice de Basileia (Fator de Risco / PRE)	24,10%
Índice de Imobilização	15,80%
Margem de Imobilização	181.230

Alocação de capital

A alocação de capital entre operações e atividades específicas é, na sua maioria, impulsionada pela otimização de retorno sobre o capital alocado. O valor de capital alocado para cada operação ou atividade é baseado principalmente no capital regulador, mas em alguns casos as normas reguladoras não refletem completamente o grau de variação de risco associado com as diferentes atividades. Em tais casos, as exigências de capital podem ser adaptadas para refletir os diferentes perfis de risco, sujeitos ao nível geral de capital para sustentar uma operação específica ou atividade que não caia abaixo do mínimo exigido para os fins reguladores. O processo de alocação de capital para operações e atividades específicas é realizado de maneira independente daquelas pessoas responsáveis pela operação, pela Área de Risco de Grupo e Crédito de Grupo, e está sujeita a análise pelo Comitê de Crédito do Grupo ou pelo ALCO, o que for mais apropriado.

Embora a maximização do retorno sobre o capital ajustado para risco seja a base principal usada para determinar como o capital é alocado dentro do Grupo para operações ou atividades específicas, não é a única base usada para a tomada de decisões. As sinergias com outras operações e atividades, a disponibilidade da administração e outros recursos e a adequação da atividade com os objetivos estratégicos de longo prazo do grupo também são outros fatores levados em consideração. As políticas do Grupo com relação ao gerenciamento e alocação de capital são analisadas regularmente pela Diretoria.

g. Valor justo vs valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Grupo Financeiro Banco BBM			
		31/12/2010		01/01/2010	
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	844.988	843.549	85.526	86.312
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	93.811	94.962	6.802.244	6.839.963
Operações de crédito	7	597.603	597.603	1.342.066	1.342.066
Outros ativos financeiros	8	2.360.796	2.360.796	726.105	726.105
Instrumentos financeiros derivativos	6	29.121	27.947	64.370	58.405
Total		3.926.319	3.924.857	9.020.311	9.052.851
Depósitos	10	427.876	427.876	1.070.133	1.070.133
Operações compromissadas	11	1.019.605	1.019.605	7.420.568	7.420.568
Instrumentos financeiros derivativos	6	7.157	9.008	70.497	70.275
Captações	13	537.435	539.828	621.152	623.021
Outras passivos financeiros	8	2.374.137	2.374.137	742.901	742.901
Total		4.366.210	4.370.454	9.925.251	9.926.898

h. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos, conforme apresentação a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
Nota		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31/12/2010					
Subtotal - Ativos financeiros disponíveis para venda		6	807.197	36.352	843.549
	Letras Financeiras do Tesouro	6	22.939		22.939
	Letras do Tesouro Nacional	6	624.383		624.383
	Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	155.159		155.159
	Notas do Tesouro Nacional - Série C	6	3.144		3.144
	Notas do Tesouro Nacional - Série F	6	1.330		1.330
	Ações de Companhias Abertas	6	242		242
	Títulos Emitidos pelo Intern. Finance Corporation			36.352	36.352
Subtotal - Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado		6	33.330	89.579	122.909
	Ações de Companhias Abertas	6	5.280		5.280
	Ações Recebidas por Empréstimos	6	389		389
	Letras Financeiras do Tesouro	6	900		900
	Operações de Swap	6	2.509		2.509
	Operações a Termo	6	24.252		24.252
	Cotas de Fundos Renda Variável	6	-	88.393	88.393
	Prêmio de opções	6		1.186	1.186
Sub total (-) Passivos financeiros derivativos		6	(8.379)	(629)	(9.008)
	Operações de Swap	6	(2.244)		(2.244)
	Operações a Termo	6	(6.135)		(6.135)
	Prêmio de opções	6		(629)	(629)
Total			832.148	125.302	957.450

Hierarquia de valor justo - Continuação

		Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
Nota		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
01/01/2010					
Subtotal - Ativos financeiros disponíveis para venda		6	53.495	32.817	86.312
	Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	50.343		50.343
	Notas do Tesouro Nacional - Série C	6	2.860		2.860
	Ações de Companhias Abertas	6	292		292
	Títulos Emitidos pelo Intern. Finance Corporation	6		32.817	32.817
Subtotal - Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado		6	6.873.583	24.785	6.898.368
	Letras do Tesouro Nacional	6	8.605		8.605
	Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	6.789.967		6.789.967
	Notas do Tesouro Nacional - Série F	6	1.292		1.292
	Ações de Companhias Abertas	6	13.908		13.908
	Ações Recebidas por Empréstimos	6	1.009		1.009
	Letras Financeiras do Tesouro	6	820		820
	Operações de Swap	6	18.692		18.692
	Operações a Termo	6	39.290		39.290
	Cotas de Fundos Renda Variável	6	-	13.825	13.825
	Outros Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6		10.537	10.537
	Prêmio de opções	6		423	423
Sub total (-) Passivos financeiros derivativos		6	(70.275)		(70.275)
	Operações de Swap	6	(5.870)		(5.870)
	Operações a Termo	6	(64.405)		(64.405)
Total			6.856.803	57.602	6.914.405

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

As movimentações dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, podem ser assim demonstradas:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Crédito Tributário Ativo:		
Saldo em 1º de janeiro	103.412	62.051
Constituição (Reversão)		
- Com efeitos no resultado	(6.774)	41.353
- Com efeitos no patrimônio		
(Títulos Disponíveis para Venda)	568	8
Saldo em 31 de dezembro	97.206	103.412
Provisão para Impostos Diferidos:		
Saldo em 1º de janeiro	23.803	23.337
Constituição (Reversão)		
- Com efeitos no resultado	(15.572)	164
- Com efeitos no patrimônio		
(Títulos Disponíveis para Venda)	(313)	302
Saldo em 31 de dezembro	7.918	23.803

As composições dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos podem ser demonstradas conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Crédito Tributário Ativo:		
Diferenças Temporárias (a)		
- Provisão para Operações de Crédito	48.202	81.932
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	1.008	2.288
- PIS / COFINS (Nota 24b)	29.301	21.363
- Outras	18.695	(2.171)
Total	97.206	103.412
Provisão para Impostos Diferidos:		
Diferenças Temporárias		
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	1	18.936
- Ajuste a mercado de hedge		192
- Outras	7.917	4.675
Total	7.918	23.803

(a) A expectativa é que a realização destes créditos tributários ocorra até o ano 2013, sendo o seu valor presente estimado em R\$ 175.522.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizada pode ser demonstrada como se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2010	
	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.770)	(8.770)
Lucro Líquido do Banco	27.902	27.902
(-) Juros Sobre Capital Próprio	(37.845)	(37.845)
(-/+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.173)	(1.173)
	25%	15%
Alíquota Fiscal		
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Pela alíquota fiscal	(2.193)	(1.316)
Adições Permanentes	68.445	49.702
Despesas Não Dedutíveis	19.314	570
Adição de Lucros no Exterior	49.131	49.131
Exclusões Permanentes	51.149	51.149
Receitas isentas de impostos	57	57
Equivalência Patrimonial - antes da eliminação do lucro	51.092	51.092
	(14.613)	(14.613)
Adições / Exclusões Temporárias		
Ajustes IFRS	30.397	30.397
Base Fiscal	24.310	5.567
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(6.054)	(835)
Aproveitamento de Incentivos Fiscais e Impostos de Controladas no Exterior	9	
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	(6.045)	(835)
Ajuste DIPJ	45	
Impostos Diferidos Passivos	9.733	5.840
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Banco BBM	3.733	5.004
Imposto de Renda e Contribuição Social de outras instituições do Consolidado Operacional	(1.922)	(1.216)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Consolidado	1.812	3.788

23. Provisões e passivos por obrigação legal

O Banco e o Grupo Financeiro Banco BBM são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
Cíveis	510	510
Trabalhistas	8.002	4.364
Total - Provisões para Contingências	8.512	4.874

Essas provisões estão registradas na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no Passivo Exigível a Longo Prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi constituído o montante de R\$ 3.639 mil das provisões para contingências no Banco e no Consolidado Operacional.

b) Passivo por Obrigação legal

Com base em liminar obtida, o Banco BBM S.A e a BBM Corretora de Valores Mobiliários S.A. passaram a recolher, a partir de abril de 2007, PIS e COFINS somente sobre a receita de serviços, pleiteando a inconstitucionalidade do alargamento de base de cálculo destas contribuições e constituindo passivo para o saldo remanescente até a decisão final, incluído na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2010	01/01/2010
PIS e COFINS	64.739	53.407
Total - Passivos por Obrigação Legal	64.739	53.407

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi constituído o montante de R\$ 11.332 mil (01 de janeiro de 2010 - R\$ 9.246 mil), sendo R\$ 4.558 mil (01 de janeiro de 2010 - R\$ 3.498 mil), referente à atualização pela SELIC.

24. Administração de Recursos de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo Financeiro Banco BBM possui um volume de recursos sob gestão no total de R\$ 7.281.032 mil (01 de janeiro de 2010 - R\$ 6.304.062 mil), sendo R\$ 1.133.758 mil (01 de janeiro de 2010 - R\$ 5.870.217 mil) referentes a fundos, clubes de investimento e carteiras geridos e administrados e R\$ 6.147.274 mil (01 de janeiro de 2010 - R\$ 433.845 mil) referentes à gestão da carteira de fundos de investimentos administrados por terceiros.

As receitas auferidas por administração e gestão de recursos de terceiros são conforme se segue:

	Em R\$ Mil
	31/12/2010
Receita de Taxas de Administração e Performance de Fundos de Investimento registrada no Conglomerado Financeiro (a)	87.203
Total	<u>87.203</u>

(a) Vide Nota Explicativa nº. 16.

25. Explicação de transição para as demonstrações em IFRS

a. Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras do Grupo Financeiro Banco BBM para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais, porém estas demonstrações financeiras consolidadas não representam a primeira demonstração contábil completa em IFRS por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas comparativas e suas correspondentes divulgações comparativas.

A data de transição é 1º de janeiro de 2010, e o Grupo Financeiro Banco BBM preparou seu balanço patrimonial de abertura e suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os requisitos do IFRS1.

b. Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatórias previstas pelo IFRS 1 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Financeiro Banco BBM aplicou todas as exceções obrigatórias relevantes e optou por não aplicar nenhuma isenção retrospectiva, de acordo com o IFRS1.

- *Mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição*

O IFRS 1 determina que uma entidade deva aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando utilizam-se metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer um ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro ("day one profits"). Como consequência deste requerimento, o IAS 39 requer que um ganho ou perda gerado na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fossem reconhecidos caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

O IFRS 1 requer que estes critérios sejam obrigatoriamente aplicados prospectivamente para transações com instrumentos financeiros ativos ou passivos iniciadas após 25 de outubro de 2002 ou prospectivamente para transações iniciadas após 1º de janeiro de 2004.

- *Baixa de ativos e passivos financeiros*

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de baixa ("asset derecognition" como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004, ou seja, caso o Grupo tenha alienado algum ativo financeiro que não devesse ser baixado de acordo com a regra do IAS 39 pelo fato de não transferir substancialmente os riscos e benefícios de tal informação, o Grupo deve reconhecer tal operação.

- *Tributos sobre o lucro*

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

c. Transição das práticas contábeis

A seguir, as reconciliações dos ajustes efetuados nos saldos de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2010, nas contas de Ativo, Passivo e Resultado da Grupo Financeiro Banco BBM:

RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO BANCO BBM S.A. EM 1º DE JANEIRO DE 2010 E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010

	01/01/2010	31/12/2010	01/01 a 31/12/2010
	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Resultado
De acordo com o BRGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)	657.908	534.610	46.793
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS	21.881	98	(18.891)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	43.004	6.510	(36.494)
Ajuste de Taxa efetiva de Juros (b)	(6.412)	(6.223)	189
Impairment ativos financeiros (c)	(124)	(124)	0
Varição Cambial de Investimentos no Exterior (d)			2.892
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS (e)	(14.587)	(65)	14.522
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores	679.789	534.708	27.902
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores	679.789	534.708	27.902
Ajustes que impactam o resultado abrangente			
Ativos Financeiros Disponível para a Venda			(1.334)
Varição Cambial de Investimentos no Exterior			(143.347)
Hedge de Investimento Líquido no Exterior			140.454
Total			23.675

(a) Refere-se à reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, analisados de acordo com sua capacidade de geração de caixas futuros. Em BRGAAP, os créditos são provisionados de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil.

(b) Os custos de captação inerentes às operações de captação no exterior, foram ajustados para compor a taxa efetiva de juros em atendimento ao IAS 39 "Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração".

(c) Refere-se, substancialmente, ao efeito do ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros de propriedade de investimentos por incentivos fiscais.

(d) Refere-se à variação cambial sobre investimentos no exterior que para fins de BRGAAP é reconhecida no resultado do exercício enquanto que em IFRS é reconhecida no patrimônio líquido e evidenciado na demonstração do resultado abrangente.

(e) As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes mencionados nos itens anteriores.

* * *

Sérgio Freitas – Controller

Aline Gomes – Contadora
CRC 087.989/0-9 "S" - BA.